

PERIODIZAÇÃO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ASPECTO POLÊMICO E SEMPRE PROVISÓRIO¹

José Claudinei Lombardi²

RESUMO:

A continuidade do projeto “Navegando na história da educação brasileira”, está exigindo a retomada da discussão sobre a periodização. Apesar da aparência de constituir-se num tema datado, tradicional e superado, trata-se, ao contrário, de discussão que se mantém atual e que, além de útil e necessária à investigação, expressa e pressupõe a concepção histórica que o pesquisador adota na sua prática e em seu fazer científico e didático. Entendendo que o problema central da periodização é quanto aos critérios que devem presidi-la, e que podem ser internos ou externos ao objeto de investigação, propõe-se uma periodização que, sem deixar de lado os fatores internos à educação, recoloca os determinantes econômicos, sociais, políticos e ideológicos da educação brasileira. Entendendo que não se tem uma adequada compreensão do particular – qualquer aspecto da educação brasileira – sem pressupor que a inseparável e indissociável articulação deste com a *totalidade histórico-social*, o estudo propõe uma periodização que didaticamente faça a distinção das 3 (três) grandes etapas de articulação contraditória da economia, da sociedade, da política e da educação no Brasil em sua articulação às transformações do modo capitalista de produção. Essas etapas estarão divididas, por sua vez, pelos grandes períodos que demarcam a organização econômica, social, política e educacional brasileira; estes períodos, por sua vez, serão divididos por tantas e quantas fases que possibilitem a análise das transformações políticas e educacionais no Brasil.

Palavras-chave: História, Educação, Brasil, Periodização

PERIODICITY IN THE HISTORY OF THE BRAZILIAN EDUCATION: CONTROVERSIAL AND ALWAYS PROVISORY ASPECT

ABSTRACT

The continuity of the project “Sailing in the history of the Brazilian education” is demanding the retaken of the discussion on the periodicity. Although the appearance of consisting in a dated, traditional and surpassed theme, it is, on the contrary, a discussion that is still current and that, beyond useful and necessary to the inquiry, expresses and assumes the historical conception that the researcher adopts in his/her practice and in his/her scientific and didactic work. Understanding that the central problem of the periodicity is the criteria that must be in it, and that they can be internal or external to the inquired object, it is proposed a periodicity that, without forgetting the internal factors of the education, restore the economic, social, ideological and political determinants of the Brazilian education. Being understood that there isn't an adjusted understanding of the particular - any aspect of the Brazilian education – without assuming the inseparable articulation of this with the historic-social totality, the study considers a periodicity that didactically shows the distinction of the 3 (three) great stages of contradictory joint of the economy, the society, the politics and the education in Brazil in its joint to the transformations in the capitalist way of production. These stages will be divided, by the great periods that demarcate the economical, social, political and educational organization in Brazil; then these periods, will be divided by as much and how many phases necessities to make possible the analysis of the educational and political transformations in Brazil.

Key-words: History, Education, Brazil, Periodicity

O debate sobre a periodização é permanente e recorrente no âmbito da História (e certamente também da *História da Educação*). Apesar da aparência de constituir-se num tema datado, tradicional e superado, trata-se, ao contrário, de discussão que se mantém atual e, além de útil e necessária à delimitação do objeto de investigação, expressa e pressupõe a concepção histórica que o pesquisador adota na sua prática e em seu fazer científico e didático. É a periodização que expressa o entendimento de como ocorrem as mudanças estruturais, globais e profundas – as transformações históricas – e como se dá a transição de um período para o outro. Sobre esse assunto assim se posicionou, por exemplo, o historiador Fernando Novais:

Transição, já se disse com alguma propriedade, é tudo em história, a ponto de a própria história poder definir-se como o estudo da transição (J. Ortega y Gasset). Se, de facto, se quer indicar a inexistência de limites radicais, o inexorável entrelaçar-se dos acontecimentos no curso da história, a permanente coexistência de formas transatas com antecipações ainda não concretamente definidas, a afirmação ganha sentido e exprime um dos traços essenciais da realidade histórica. E no entanto, para certas épocas mais do que para outras, a própria sensibilidade e a tradição do pensamento historiográfico vêm revelando não ser desapropriado falar em transição e crise. É que, não obstante aquela inextricável interpenetração acima referida, o desenrolar da história é periodizado por estruturas globais e profundas, geradas na inevitável relação dos homens entre si na prática de sua vida histórica, e que passam a configurar o quadro de possibilidades em que se desenvolve a própria história (...). (NOVAIS, 1995, p. 11).

Mais recentemente, por ocasião do lançamento dos dois volumes de *Viagem incompleta — A experiência brasileira*, o organizador da coletânea, o historiador Carlos Guilherme Mota, assim se manifestou em entrevista ao *Jornal da USP*:

... Não aceito essa periodização que divide a história do Brasil em Colônia, Império e República. Diferentes projetos, idéias e utopias de Brasil foram construídos ao longo do que chamo de processo civilizador. Esse processo tem início antes mesmo do descobrimento oficial, em abril de 1500. (...) Nosso papel passa a ser o de reconstruir e discutir outras alternativas para se pensar o Brasil, como procuramos fazer nos livros que organizamos, os dois volumes de *Viagem incompleta - A experiência brasileira*.

... Não ocorreu aqui uma revolução burguesa no sentido clássico, em que os valores da cidadania fossem postos de maneira radical, como na Revolução Francesa. Ficamos aqui numa transição entre uma ordem estamental escravista do período colonial e uma sociedade de classes mal-ajambrada. Isso explica o peso de um estado burocrático de raiz colonial e de um tipo de empresário que ainda se move melhor com as regras indefinidas do capitalismo selvagem. Daí os dramas da cidadania contemporânea estar aguçados no Brasil.³

No âmbito da produção histórica brasileira, a questão da periodização se confunde com a criação, no Rio de Janeiro, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), concretizada em 02 de outubro de 1838. Para Francisco Iglesias (2000, p. 61), apesar da forte carga de idéias nativistas e ufanistas, "os traços mais notáveis do órgão, no entanto, são o pragmatismo da história e o gosto pela pesquisa", sendo fundamental o entendimento que se tinha do estudo da história como ferramenta pedagógica, "orientadora dos novos para o patriotismo, com base no modelo dos antepassados".

Até a fundação do IHGB o trabalho historiográfico era realizado de modo individual, episódico e sem continuidade. Com o IHGB foi possível a reunião dos que pensavam a história e estavam interessados em discuti-la. Entre outros aspectos que animavam os debates do grupo de historiadores do Instituto, **a periodização** ocupou um lugar de destaque. Era um tema de tal importância que apareceu já na primeira sessão do IHGB, realizada no dia 10 de dezembro de 1838, na qual Januário da Cunha Barbosa discursou sobre a necessidade de "*Determinar-se as verdadeiras épocas da História do Brasil e se esta se deve dividir em antiga ou moderna, ou quais devem ser suas divisões*" e ainda como se deveria: "*Marcar as diversas épocas da criação das capitânicas gerais do Brasil, da fundação de seus bispados e das suas relações*".⁴

Uma primeira periodização foi proposta em 1839 por um dos idealizadores do Instituto: o Brigadeiro Cunha Matos. Essa proposta dividia a História do Brasil em três épocas: "a primeira, relativa aos aborígenes ou autóctones, a segunda, compreendendo as eras do descobrimento pelos portugueses e a administração colonial, e a terceira, abrangendo todos os conhecimentos desde a Independência". (RODRIGUES, 1957, p. 153) Cunha Matos também propunha que, diante da ignorância das histórias das Províncias, primeiro se fizessem estudos regionais e, posteriormente, se debruçasse sobre o conjunto da história brasileira.

A proposta do Brigadeiro Cunha Matos não foi suficiente para que a questão da periodização deixasse de ser motivo de inúmeras polêmicas, sendo que marcou época nesse período heróico da historiografia brasileira o embate entre o General José Inácio de Abreu e Lima que propôs a divisão da História do Brasil em oito épocas ou capítulos, e Francisco Adolfo de Varnhagen, encarregado em dar um parecer em nome do IHGB no ano de 1843.

Ainda não estava resolvida essa polêmica e o IHGB decidiu pelo lançamento de um concurso para elaboração de "um plano para se escrever a história antiga e moderna do Brasil, organizado de tal modo que nele se compreendessem as partes política, civil, eclesiástica e literária" (RODRIGUES, 1957)⁵. Isso ocorreu na 51ª reunião do IHGB, realizada em 14 de novembro de 1840, na qual Januário da Cunha Barbosa ofereceu um prêmio de "cem mil réis" a quem oferecesse ao Instituto um plano para se escrever a história antiga e moderna do Brasil, de tal modo organizado que nele se pudesse compreender as partes política, eclesiástica, civil e literária. Acatada a idéia, o próprio Instituto acrescentou mais "cem mil réis" ao prêmio estabelecido por Januário de Cunha Barbosa, totalizando 200 mil réis para o vencedor do concurso.

Concorrendo ao prêmio de "200 mil réis" apresentaram trabalhos apenas dois estudiosos: o naturalista alemão Karl Friedrich Philipp von Martius e Júlio de Wallenstein. O prêmio foi ganho pelo naturalista alemão Karl Friedrich Philip von Martius que, rigorosamente, não propôs nenhuma periodização histórica, mas expôs algumas idéias gerais sobre a história brasileira e que, em sua opinião, não poderiam estar fora da preocupação dos historiadores. Seguramente von Martius foi um inovador da historiografia

brasileira, antecipando em várias décadas algumas questões reivindicadas pelos Analles e, depois, pela Nova História.⁶

A discussão perdura até os dias de hoje e não se tem por objetivo, nos limites deste projeto, fazer uma análise histórica, geral e ampla sobre a problemática da periodização no âmbito da pesquisa e da disciplina História (e particularmente no campo da História da Educação), sendo que os interessados em aprofundá-la podem recorrer a bibliografia especializada sobre o assunto. Importa reconhecer que a problemática da periodização também tem animado os debates no campo da História da Educação e praticamente todos autores dos vários compêndios publicados abordam o tema, explicitam posições e, por fim, acabam propondo uma “nova” periodização.⁷

O Grupo de Estudos e Pesquisas HISTEDBR não foge à regra e a discussão da *periodização em história da educação* tem sido reiteradamente tratada, tem sido objeto de muitos e acirrados debates nos eventos promovidos pelo grupo, chegando a ser tema da tese de doutoramento de Marcos JORGE, que ficou com sugestivo título: “Crítica à periodização na história da educação brasileira” (JORGE, 2002).

Para Dermeval Saviani, Coordenador Geral do HISTEDBR, esse é “... um dos problemas mais complexos e controvertidos da historiografia, já que não se trata de um dado empírico, mas de uma questão teórica que o historiador enfrenta ao organizar os dados que lhe permitem explicar o fenômeno investigado” (SAVIANI, 2004). De modo geral, o problema da periodização diz respeito aos **critérios** que devem presidi-la e que podem ser internos ou externos ao objeto de investigação.

Com isso Saviani retoma o debate que as propostas de periodização da História do Brasil, e também da História da Educação, podem basear-se em fatores internos – fundamentalmente as mudanças que a sociedade brasileira sofreu, normalmente centrado sobre um aspecto determinado – ou, e esse é o critério mais freqüentemente usado, em fatores externos – notadamente as transformações sócio-históricas e que supostamente são correlacionadas a mudanças estruturais. Qualquer que seja o encaminhamento, entretanto, os critérios priorizados pelos historiadores são variáveis e sempre detidamente justificados.

No âmbito da História da Educação Brasileira, seguindo os critérios adotados na História do Brasil, Saviani entende que a periodização mais clássica assume um *critério externo* à educação brasileira, guiando-se por um parâmetro político. Dessa visão resulta a clássica divisão da educação no período colonial, no Império e na República. Para Saviani, em trabalho ainda inédito apresentado em evento da área⁸, esse é o caso da obra de José Ricardo Pires de Almeida⁹. Certamente que a obra *A Cultura Brasileira*, de Fernando de Azevedo¹⁰, também se enquadra na mesma situação.

Entende Saviani que “... as críticas a essa forma de periodizar levaram, num primeiro momento, ao critério da determinação econômica”, cujo exemplo é o livro de Maria Luísa Santos Ribeiro, *História da educação brasileira: a organização escolar*¹¹. Entende Maria Luisa que a organização escolar é um elemento da superestrutura e, portanto, determinado pela infra-estrutura, pela base econômica da sociedade. Também é o caso de Otaíza de Oliveira ROMANELLI que em sua *História da educação no Brasil*¹² incorpora a perspectiva econômica, ao trabalhar com o conceito de “educação para o desenvolvimento”, em que as “necessidades do desenvolvimento” aparecem determinadas pela “expansão econômica”. A esses se deve acrescentar, ainda, o trabalho de Bárbara FREITAG, *Escola, estado e sociedade*¹³, que acaba propondo uma divisão em três grandes períodos que levam em consideração a articulação dos modelos econômicos adotados no Brasil com a divisão internacional da economia.

Mais recentemente, num segundo momento ainda em curso, aparece a tendência de se buscar uma periodização centrada nos *aspectos internos ao processo educativo*. Enquadrando-se nesse movimento, Saviani reporta-se ao seu projeto sobre a história das idéias pedagógicas no Brasil, no qual busca “uma classificação das principais concepções de educação (...) guiando-me pelo próprio movimento das idéias pedagógicas”. Em linhas gerais, a periodização proposta por Saviani distingue 2 (duas) grandes etapas, cada uma das quais divididas em períodos que distinguem as transformações históricas ocorridas internamente na educação brasileira¹⁴: a primeira compreendendo os “antecedentes” e a segunda a história da escola pública propriamente dita. Em linhas gerais, sinteticamente a periodização proposta por Saviani é a que segue:

PRIMEIRA ETAPA: Antecedentes da educação pública no Brasil

⇒ **1º Período (1549-1759): Pedagogia Jesuítica.** Corresponde à escola pública religiosa, com monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional, subdividido em 2 (duas) fases: a. A pedagogia de Nóbrega ou, o período heróico (1549-1570); b. A institucionalização da pedagogia jesuítica ou o *ratio studiorum* (1570-1759).

⇒ **2º Período (1759-1827): Pedagogia Pombalina.** É representado pelas “Aulas Régias” instituídas pelas reformas pombalinas, com coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional.

⇒ **3º Período (1827-1890): Primeiras tentativas de organização da educação pública.** Consiste nas primeiras tentativas, descontínuas e intermitentes, de organização da educação como responsabilidade do poderes públicos, então representado pelo governo imperial e pelos governos provinciais.

SEGUNDA ETAPA: História da escola pública propriamente dita

⇒ **1º. Período (1890-1931): As escolas graduadas e o ideário do Iluminismo republicano.** implantação progressiva das escolas primárias graduadas nos Estados, juntamente com a formação de professores que deu-se com a consolidação das escolas normais.

⇒ **2º. Período (1931-1961): Regulamentação nacional do ensino e o ideário pedagógico renovador.** Corresponde à regulamentação em âmbito nacional das escolas primárias, secundárias e superiores; à incorporação da pedagogia renovadora, através da reforma Francisco Campos, de seu aprofundamento pela reforma Capanema, culminando com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), através da Lei no. 4.024/61. **O período** pode ser subdividido em duas fases:

- a) equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova (1932-1947);
- b) Predomínio da influência da pedagogia nova (1947-1961).

⇒ **3º. Período (1961-1996): Unificação normativa da educação nacional e a concepção produtivista de escola.** Compreende a unificação da regulamenta da educação nacional, tendo como marco a promulgação da LDB em 1961 e a aprovação da nova LDB (Lei no. 9394/96) em 1996. Esse período, por sua vez, pode ser dividido em duas fases:

- a) uma marcada pela Crise da pedagogia nova e articulação da pedagogia tecnicista (1961-1969);
- b) outra de confronto entre as pedagogias críticas e a pedagogia do capital humano, a concepção produtivista de educação (1969-1996).

Com relação a essa periodização proposta por Dermeval Saviani, José Claudinei LOMBARDI¹⁵ entende que Saviani adotou o mesmo posicionamento teórico que usou para a análise da organização escolar brasileira, em exposição que realizou na 1a. Conferência Brasileira de Educação, realizada nos idos de 1980: a teoria da curva da vara.

... não sei se a teoria da curvatura da vara é conhecida. Conforme Althusser... ela foi enunciada por Lênin ao ser criticado por assumir posições extremistas e radicais. Lênin responde o seguinte: “quando a vara está torta, ela fica curva de um lado e se você quiser endireitá-la, não basta colocá-la na posição correta. É preciso curvá-la para o lado oposto”.¹⁶

No que diz respeito à educação brasileira, contrapondo-se à polarização então em moda entre a pedagogia tradicional e a escolanovista, mesmo demonstrando as diferentes concepções que embasam essas pedagogias, Saviani entendeu que ambas conduziam a um aligeiramento do ensino destinado às camadas populares. Contra essa tendência de um ensino mínimo e alienante para os oprimidos, assumiu a posição de defesa do “ensino destinado às camadas populares”¹⁷. Como nas tendências correntes “a vara está torta; está torta para o lado da pedagogia da existência, para o lado dos movimentos da Escola Nova” Saviani entendeu que era necessário “fazer curvar a vara para o outro lado”, para a “valorização dos conteúdos que apontam para uma pedagogia revolucionária”¹⁸

Pode-se considerar, portanto, que em vista dos historiadores da educação assumirem uma posição polarizada no que diz respeito à periodização, pautando-se exclusivamente em critérios políticos ou econômicos, que era necessário “fazer curvar a vara para o outro lado”, para a valorização do processo de transformação da própria educação brasileira.

Sendo a “vara extremamente branda”, a amplitude de abordagens e periodizações adotadas pelo conjunto da produção do HISTEDBR, ao longo dessas quase duas décadas de criação, pode causar alguns percalços. Assim, LOMBARDI recomenda que se evite a “quebradura da vara”. E juntamente com a ênfase nos fatores internos à educação, tal qual a periodização proposta por Saviani, Lombardi complementa dizendo que se pode buscar um recorte que entenda a História da Educação Brasileira a partir de seus determinantes econômicos, sociais, políticos e ideológicos.

Nesse sentido, não deixando de reconhecer a importância que têm a definição de categorias para uma análise contextualizada, crítica e profunda da educação brasileira, a categoria *totalidade* é central e de fundamental importância para o entendimento que se quer produzir. Uma visão de totalidade para a história da educação brasileira deve levar em consideração que não se tem uma adequada compreensão do fenômeno social particular – a educação brasileira – sem pressupor que esta é inseparável e indissociável da *totalidade histórico-social* – e que teórica e didaticamente se expressa no contexto econômico, social e político brasileiro.

A formação social brasileira, por sua vez, não deve ser entendida como uma ilha e muito menos ser explicada de forma romanciada – enfim como uma grande robinsonada. A educação brasileira, mesmo inserida no contexto sócio-político-econômico do Brasil, não será adequada e satisfatoriamente entendida sem levar em conta as contradições que são inerentes a toda e qualquer sociedade dividida em classes, bem como a mediação de outros elementos e aspectos.

O estudo da educação brasileira, portanto, atentando-se para as contradições internas da formação social brasileira e para a mediação de outros fatores que se articulam à organização escolar, à estrutura educacional e às práticas educativas formais e não-formais, não pode ser teoricamente realizado sem pressupor, por sua vez, que a sociedade brasileira, desde sua origem, tem uma vinculação profunda com o sistema global - econômico, social e político - no qual se inseriu e se insere, sem estabelecer as necessárias articulações do Brasil com as transformações do sistema capitalista de produção.

Propõe-se para o debate e para a adoção no presente projeto, em vista dos objetivos a que se propõe, de socializar a produção do HISTEDBR e tendo em vista que se trata de adotar um *método de exposição*, de uma periodização que, indo do geral para o particular, didaticamente faça a distinção das 3 (três) grandes etapas de articulação contraditória da economia, da sociedade, da política e da educação no Brasil em sua articulação às transformações do modo capitalista de produção. Essas etapas estarão divididas, por sua vez, pelos grandes períodos que demarcam a organização econômica, social, política e educacional brasileira; estes períodos, por sua vez, serão divididos por tantas e quantas fases que possibilitem a análise das transformações políticas e educacionais no Brasil. Segue a periodização proposta:

PRIMEIRA ETAPA: PORTUGAL E BRASIL NO QUADRO DA TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO

- **1º Período (1500-1759): o sistema colonial português no Brasil e da vida e educação no Brasil do descobrimento à expulsão dos jesuítas (1500 a 1759).** Subdividido em 2 (duas) fases:
 - ⇒ a) A pedagogia de Nóbrega ou o período heróico (1549-1570);
 - ⇒ b) A institucionalização da pedagogia jesuítica ou o *ratio studiorum* (1570-1759).

- **2º Período (1759-1827): A Crise no Antigo Regime em Portugal e suas conseqüências para o Brasil.** Para a educação este período compreende duas fases:
 - ⇒ 1a. Fase: Pedagogia Pombalina (1759-1808), correspondendo às mudanças na educação instituídas pelas reformas pombalinas, com coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional, e a adoção das “Aulas Régias”;
 - ⇒ 2a. Fase: A Educação da Fase Joanina no Brasil (1808-1822), tendo como pano de fundo as disputas colonialistas motivadas pela conquista de novos mercados, buscará demarcar a fase em que a transferência da corte portuguesa para o Brasil levou a adoção de algumas medidas diferenciadas no campo educacional.

SEGUNDA ETAPA: CAPITALISMO CONCORRENCIAL, CONSOLIDAÇÃO DA FORMA BURGUESA DE TRABALHO e PASSAGEM DA ECONOMIA COLONIAL À ECONOMIA MERCANTIL-ESCRAVISTA

- **3º Período (1822-1889): O Império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional.** Consiste nas primeiras tentativas, descontínuas e intermitentes, de organização da educação como responsabilidade do poderes públicos, então representado pelo governo imperial e pelos governos provinciais.

TERCEIRA ETAPA: PASSAGEM DO CAPITALISMO CONCORRENCIAL PARA O MONOPOLISTA: TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA, NA POLÍTICA, NA SOCIEDADE E NA EDUCAÇÃO

- **4º. Período (1889-1930): A Primeira Republica, as escolas graduadas e o ideário do Iluminismo republicano.** Implantação progressiva das escolas primárias graduadas nos Estados, juntamente com a formação de professores que se deu com a consolidação das escolas normais.
- **5º. Período (1930-1964): Regulamentação Nacional do ensino e o ideário pedagógico renovador.** Corresponde à regulamentação em âmbito nacional das escolas primárias, secundárias e superiores; à incorporação da pedagogia renovadora, através da reforma Francisco Campos e de seu aprofundamento pela reforma Capanema, culminando com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através da Lei no. 4.024/61. O período pode ser subdividido em duas fases:
 - ⇒ 1a. Fase: O Governo Vargas e o equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova (1932-1947);
 - ⇒ 2a. Fase: O nacional-desenvolvimentismo e o predomínio da influência da pedagogia nova (1947-1964);
- **6º. Período (1964-1984): Golpe militar, adequação nacional à internacionalização capitalista (1964-1984).** Compreende a unificação da regulamenta da educação nacional, tendo como marco a promulgação da LDB em 1961, até as reformas da educação promovidas pela Ditadura Militar.
 - ⇒ 1a. Fase: A ditadura militar, a crise da pedagogia nova e articulação da pedagogia tecnicista (1964-1969);
 - ⇒ 2a. Fase: outra (1969-1984) de confronto entre as pedagogias críticas e a pedagogia do capital humano (concepção produtivista de educação).
- **7o. Período (1984- ...)** **As Transformações históricas e a inserção do Brasil na Nova Ordem Mundial: educação e transição democrática.** Engloba o período compreendido pelas reformas da educação nacional, pautadas pela pedagogia do capital humano (concepção produtivista de educação), até a aprovação e implementação da nova LDB (Lei no. 9394/96).

Bibliografia

- ALMEIDA, J.R.P.. História da instrução pública no Brasil (1500-1889). Brasília/São Paulo, INEP/PUC-SP, 1989.
- AZEVEDO, Fernando. A cultura brasileira. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1943.
- BUFFA, Ester. Contribuição da História para o enfrentamento dos problemas educacionais contemporâneos. In: Em Aberto. Brasília : INEP, Vol. 9, no. 47, jul/set 1990, p. 13-19
- FREITAG, Barbara. Escola, estado e sociedade. São Paulo : EDART, 1981.
- IGLÉSIAS, Francisco. Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG- IPEA, 2000.
- JORGE, Marcos. Crítica à periodização na história da educação brasileira . Tese (Educação) - Universidade Estadual de Campinas, orientada por Maria Elisabete S.P. Xavier. 2002.
- LOMBARDI, José Claudinei. Periodização na História da Educação Brasileiro: aspecto polêmico e sempre provisório, Campinas : HISTEDBR, 2005.
- NOVAIS, Fernando A.. (1995). Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 – 1808). 6 ed. São Paulo: Hucitec
- RIBEIRO, Maria Luisa S., História da educação brasileira: a organização escolar, 15a.ed. Campinas, Autores Associados, 1998.
- RODRIGUES, José Honório. Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica. Vol.1. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957
- ROMANELLI, Otaíza O., História da educação no Brasil (1930/1973). Vozes, Petrópolis, 1978.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 34a. ed.. Campinas, SP : Autores Associados, 2001,
- SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “Longo Século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval et. al. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas : Autores Associados, 2004.

Notas:

¹ Trabalho elaborado para apresentação no *VIII Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana*, realizado em Buenos Aires, no período de 30 e 31 de Outubro – 1 e 2 de Noviembre de 2007.

² Doutor em Filosofia e História da Educação. Professor do Departamento de Filosofia e História da Educação, da Faculdade de Educação da UNICAMP. Coordenador executivo do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEDBR.

³ ROBERTO C. G. CASTRO. ENTREVISTA: Uma difícil viagem rumo à cidadania. In: [http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2000/jusp507/manchet/rep_res/rep_int/especial2.html] acessado em 04/03/2005

⁴ Informação obtida em [<http://www.ihgal.al.org.br/interfaces/periodizacao.htm>] acessado em 04/03/2005

⁵ Os apontamentos foram feitos a partir de: RODRIGUES, José Honório – *Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica*. Vol.1. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, p. 160 e ss.

⁶ Maiores informações sobre o assunto podem ser conseguidas a partir do site do IHGAL: [http://www.ihgal.al.org.br/interfaces/periodizacao.htm] acessado em 04/03/2005

⁷ Uma exposição sistematizada sobre o assunto pode ser encontrada em: BUFFA, Ester. Contribuição da História para o enfrentamento dos problemas educacionais contemporâneos. In: Em Aberto. Brasília : INEP, Vol. 9, no. 47, jul/set 1990, p. 13-19

⁸ Texto inédito apresentado no VI CONGRESO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DE LA EDUCACIÓN LATINOAMERICANA, San Luiz de Potosí – México – 19 a 23 de mayo de 2003.

⁹ ALMEIDA, J.R.P.. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)*. Brasília/São Paulo, INEP/PUC-SP, 1989.

¹⁰ AZEVEDO, F., *A cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1943.

¹¹ RIBEIRO, M.L.S., *História da educação brasileira: a organização escolar*, 15^a.ed. Campinas, Autores Associados, 1998.

¹² ROMANELLI, O.O., *História da educação no Brasil (1930/1973)*. Vozes, Petrópolis, 1978.

¹³ FREITAG, B. *Escola, estado e sociedade*. São Paulo : EDART, 1981.

¹⁴ Para a síntese apresentada foram utilizados articuladamente dois textos de Saviani que, apesar de guardarem pequenas diferenças, possuem um mesmo e único critério a norteá-los. Ambos foram citados e são eles:

- a) SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “Longo Século XX” brasileiro;
- b) O texto inédito apresentado no VI CONGRESO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DE LA EDUCACIÓN LATINOAMERICANA.

¹⁵ LOMBARDI, J.C. *Periodização na História da Educação Brasileiro: aspecto polêmico e sempre provisório*, Campinas : HISTEDBR, 2005.

¹⁶ SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política*. 34a. ed.. Campinas, SP : Autores Associados, 2001, p. 36-37

¹⁷ Idem, p. 55

¹⁸ Idem, p. 56-57.

Artigo recebido em: 04/08/2008

Aprovado para publicação em: 24/12/2008